

# Bancos podem liberar crédito no início de agosto, prevê Langoni

## Agricultura é a saída para crise, afirma Stabile

Sem a presença do ministro da Agricultura Amaury Stabile instalou-se, ontem, o XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural que até quinta-feira estará tratando do tema: agricultura, saída para a crise, no Centro de Treinamento da Telebrás. Em mensagem lida pelo secretário-geral do Ministério da Agricultura, Ubirajara Timm, o ministro justificou a sua ausência dizendo que teve que realizar uma viagem inadiável, para fazer frente ao problema da praga do "bicudo" do algodoeiro, recém-descoberta em nosso país.

Para Stabile, "agricultura é a saída para a crise, é remédio eficaz em qualquer tratamento contra a inflação." Reconheceu que as boas safras colhidas nos últimos anos não deram maior prova de eficiência da agricultura e que no país ainda existem muitas imperfeições nos mecanismos de comercialização de alimentos mas acredita que todas as falhas sejam superáveis.

Para Reinhold Stephanes presidente da Sociedade Brasileira de Economia Rural — Sober — que defende a prioridade do setor como um ato de confiança no futuro, "em uma situação de retração no comércio mundial torna-se difícil obter um superávit comercial às custas de maiores exportações". Por isso, a seu ver internamente "a crise reflete-se na agricultura na forma de preços menores por sua produção e de custos dificilmente comprimíveis sem redução de área ou perda de produtividade".

O XXI Congresso da Sober vai prosseguir até dia 28, com a apresentação de 170 trabalhos onde cientistas e técnicos dedicados a universidades, a órgãos de pesquisa e extensão, a unidades de assessoramento, associações de classe, bancos e empresas agrícolas e comerciais.

Já no início do mês que vem os bancos estrangeiros poderão liberar pelo menos parte dos empréstimos de US\$ 2 bilhões que o Brasil solicitou, informou ontem o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Ele, que chegou dos Estados Unidos na última sexta-feira, informou que isso poderá acontecer desde que a revisão da carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) seja aprovada informalmente por Jacques Larosiere, diretor-gerente do FMI, antes da aprovação do "board" da organização.

Segundo Langoni, que em entrevista coletiva nos Estados Unidos, dois dias antes de embarcar para o Brasil, fora menos otimista, reconhecendo que o dinheiro só será liberado em fim de setembro, "esses recursos permitirão completar as necessidades do denominado Projeto 1 (de novos empréstimos). Para setembro, ele aguarda que o FMI libere os outros US\$ 2 bilhões 400 milhões, recursos para pagar todos os empréstimos de curto prazo, chamados de "empréstimos-ponte".

Depois de afirmar que "em setembro começaremos uma vida nova", Langoni recusou-se a detalhar as negociações, mas informou que há um consenso de que as necessidades brasileiras exigirão um esforço mais amplo. Sobre o FED (espécie de Banco Central norte-americano), disse que existem claros indícios de apoio ao governo brasileiro junto aos bancos credores norte-americanos. O presidente do Banco Central afirmou ainda que um dos objetivos básicos do Brasil com este esforço é o de recuperar as reservas em moedas.

O presidente do Banco Central, informou também que o governo brasileiro solicitou aos bancos credores da dívida externa do país a liberação das parcelas restantes do Projeto 1 (novos empréstimos em moeda no valor de US\$ 4,4 bilhões), antes mesmo da aprovação formal do novo acordo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), prevista para setembro.

Os recursos desembolsados até agora no Projeto 1, assinado em fevereiro deste ano, foram de US\$ 2,5 bilhões, restando portanto, US\$ 1,9 bilhão a serem desembolsados em três parcelas de US\$ 635 milhões. Os bancos credores, entretanto, retiveram a parcela a ser paga no último dia 31 de maio, condicionando-a à conclusão da nova renegociação do acordo entre o Brasil e o FMI.

Carlos Langoni sugeriu ao comitê de assessoramento constituído pelos bancos credores, na reunião realizada no último dia 21, que aceite como garantia o pronunciamento informal sobre o acordo que o governo brasileiro aguarda do diretor-gerente da instituição, Jacques Larosiere, daqui a duas ou três semanas.

— Queremos que eles concordem em liberar os recursos apenas com o telex do diretor-gerente confirmando que a nova carta de intenções foi aceita — explicou Langoni.

O "ritual" adotado pelo FMI, como chamou Langoni, determina que a renegociação do acordo com o Brasil só poderá ser considerada aprovada após a análise do relatório oficial dos técnicos da missão pelo conselho-diretor do fundo. O que não ocorrerá antes de setembro.

A tentativa do governo brasileiro é a de antecipar os recursos devidos pelos bancos credores para contornar as dificuldades de liquidez que enfrenta, acumulando atrasos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, como informou ontem o presidente do Banco Central. Sem essa antecipação, o país estará na contingência de só contar com recursos externos consideráveis, incluindo as parcelas devidas pelo FMI e o novo empréstimo-jumbo de US\$ 3,5 a US\$ 4 bilhões, a partir do último trimestre do ano.

O prazo de tramitação do novo acordo no FMI implica que a aprovação formal da renegociação não ocorrerá antes que o Congresso Nacional pronuncie-se sobre o decreto-lei do presidente Figueiredo que limitou a 80 por cento do INPC os reajustes salariais no país.

Langoni evitou, na entrevista coletiva concedida ontem, condicionar a decisão do FMI à aprovação do Decreto-lei 2.045, preferindo falar em "coincidência natural" dos prazos necessários ao exame das duas questões.

O acerto final do FMI não depende, entretanto, apenas do cumprimento formal de prazos estipulados pela instituição. Langoni admitiu que o governo brasileiro está revendo a taxa de inflação estimada em 138 por cento para este ano, por força de reflexos inesperados da inflação corretiva no mês de julho e do impacto das enchentes no Sul do país sobre as taxas dos próximos meses.

A estimativa inicial do governo brasileiro de 9 por cento de inflação para este mês de julho já foi superada, segundo ele, referindo-se à expectativa manifestada pela Fundação Getúlio Vargas de um índice da ordem de 12 por cento neste mês. A definição de uma nova taxa de inflação não afeta as metas reais contidas no programa com o FMI, mas altera os tetos nominais a serem cumpridos, a cada trimestre pelo país.

Na verdade, como admitiu Langoni, a taxa de inflação deste ano já está praticamente definida em um patamar superior à estimativa de 138 por cento, embora o governo não estude novas medidas de política econômica, como garantiu, para revertêr essa tendência. As medidas já adotadas só deverão ter reflexos a partir de um prazo de seis a nove meses, ou seja, somente em 1984.

Em função dessa expectativa, o governo brasileiro solicitou ao FMI que inclua no relatório a ser analisado pelo conselho diretor a expectativa favorável sobre os índices para 84, o que facilitará, também, a negociação em curso sobre os recursos adicionais necessários ao fechamento do balanço de pagamentos neste e no próximo ano.

Além de definir junto ao comitê de assessoramento dos bancos credores que os recursos adicionais serão analisados para um período de 18 meses, o presidente do Banco Central informou que foi acertado que esses recursos serão de longo prazo, num período mínimo de oito anos. Também foi definido, no último encontro em Nova Iorque, que serão estabilizados os níveis de depósitos nos projetos III, de linhas comerciais, e IV, de interbancário, atualmente em torno de US\$ 6,2 bilhões, depois de um montante de US\$ 5,9 bilhões registrado no último dia 21 de junho.